



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Semana traz bateria de indicadores no Brasil, com destaque para o crédito, que deve voltar a um ritmo de crescimento de dois dígitos.

Como é típico para a última semana do mês, a agenda de indicadores está bastante movimentada, com destaque para os números de julho do mercado de crédito, que deve seguir acelerando no início do 2º semestre. Segundo a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban, o saldo da carteira total deve crescer 0,5% em julho, puxada pelo crédito destinado às famílias (+0,9%). Com o resultado, o ritmo de expansão anual da carteira deve seguir ganhando tração e atingir o patamar de dois dígitos, de 10,4% (ante 9,9% em junho). Veja mais detalhes da Pesquisa nas [páginas 6 e 7](#). Os números oficiais serão divulgados pelo Banco Central na quinta-feira (29).

As atenções também estarão voltadas para os números de julho do mercado de trabalho, que tem gerado um debate crescente sobre o atual nível de aquecimento e seu potencial impacto inflacionário. O Caged divulga os números do setor formal na quinta (29), com previsão de criação líquida de 175,0 mil postos de trabalho no mês, acima do observado em jul/23 (142,0 mil). Já o IBGE divulga a taxa de desemprego na sexta (30), que deve seguir recuando, para 6,8% (ante 6,9% em junho), menor patamar desde dez/14 (6,6%). Além do avanço do emprego, os analistas também observarão a intensidade do avanço real da renda e da massa salarial, que, por um lado, contribuem para manter o bom dinamismo do consumo das famílias, mas, por outro, reforçam as preocupações quanto à evolução da inflação.

Em relação à inflação, será conhecido o IPCA-15 de agosto, que deve voltar a desacelerar, mas não o suficiente para reduzir a preocupação com o tema. O índice será divulgado pelo IBGE na terça (27) e deve mostrar alta de 0,17% no mês, abaixo do dado de julho (0,30%), devido ao retorno da bandeira verde nas contas de energia elétrica, além da continuidade da deflação dos preços dos alimentos *in natura*. Com isso, o índice deve desacelerar de 4,45% para 4,34%, em 12 meses. Contudo, os agentes estarão atentos às medidas subjacentes (inflação de serviços e industriais), que têm dado sinais de reaceleração diante do mercado de trabalho aquecido e da desvalorização do câmbio. Neste sentido, a FGV divulga o IGP-M de agosto na quinta (29), com expectativa de alta de 0,45%, pressionado pelos impactos altistas do câmbio sobre os preços das matérias-primas no atacado. Em 12 meses, o índice deve acelerar para 4,43% (ante 3,82%).

As contas públicas devem mostrar déficits mais contidos em julho. O Tesouro divulga o resultado primário do governo central na quinta (29), enquanto o Banco Central divulga o resultado consolidado do setor público na sexta (30). O consenso dos analistas projeta déficits de R\$ 8,5 bi e R\$ 4,5 bi, respectivamente, melhor do que o registrado em julho de 2023, quando os déficits foram de 35,9 bi e R\$ 35,8 bi, nessa ordem. A melhora decorre do forte aumento da arrecadação associado ao descasamento do calendário de pagamento do 13º salário para os beneficiários do INSS (já pagos neste ano; ante última parcela paga em julho de 2023).

Ainda na agenda local, o BCB divulgou hoje cedo os dados do setor externo. A balança de transações correntes mostrou déficit de US\$ 5,2 bi em julho, pior do que o observado em jul/23 (US\$ -3,6 bi). Com o resultado, o déficit acumulado em 12 meses subiu para US\$ 34,8 bi (1,56% do PIB), mas se mantendo em um patamar relativamente contido e financiado pela entrada de investimento direto no país (IDP), que soma US\$ 71,8 bi (3,23% do PIB).

Nos EUA, serão conhecidos na sexta (30) os números de renda e gastos pessoais de julho, que darão novas pistas sobre a força do consumo num cenário de revisão para baixo nos dados de emprego e dúvida sobre o tamanho do corte dos juros pelo Fed. A expectativa do consenso é que os gastos tenham subido 0,5% no mês, acelerando após alta de 0,3% em jun/24. Caso se confirme, sugere que o consumo segue em alta, tirando a pressão para que o Fed inicie o processo de flexibilização monetária em sua próxima reunião já com um corte de 0,5 pp, fato que voltou ao radar dos agentes após a forte revisão negativa de 818 mil empregos gerados nos 12 meses encerrados em março deste ano. Já a renda deve registrar uma expansão mais contida (+0,2%).



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Outros indicadores de atividade da economia norte-americana que também serão monitorados ao longo da semana são os indicadores de confiança do consumidor (*Conference Board* na terça (27) e Universidade de Michigan na sexta (30)), além da 2ª leitura do PIB do 2T24.

Em relação à inflação, destaque para a divulgação do indicador de preços preferido do Fed. Na sexta (30), o mercado irá conhecer o número do deflator de gastos do consumo pessoal (PCE), cuja expectativa é de alta de 0,2% no mês, acelerando para 2,6% em base anual. Já o núcleo deve atingir 2,7% nos últimos 12 meses, também acima do dado de junho (+2,6%). Diante de um cenário mais equilibrado, em termos dos riscos inflacionários e para a atividade, este é outro dado importante que pode ajudar o Fed a definir a intensidade do processo de corte dos juros que se avizinha. Tudo considerado, o mais provável ainda é que o Fed faça cortes de 0,25 pp nas reuniões que restam neste ano.

Já na Zona do Euro, será divulgada a leitura preliminar da inflação ao consumidor (CPI) de agosto, que deve voltar a desacelerar. A expectativa é de uma alta de 0,2% no mês, levando o CPI a atingir 2,2% em 12 meses, ante 2,6% em jul/24. Caso se confirme, o dado deve dar mais confiança para o BCE voltar a reduzir os juros em sua próxima reunião (12 de setembro).

Na China, os índices PMI (indústria e serviços) de agosto serão divulgados na sexta (30). Os indicadores não devem alterar o quadro de baixo dinamismo da atividade no país, aumentando a pressão por novos estímulos pelo governo.

A próxima página traz a agenda completa de indicadores, com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
26-29/ago	FGV: Sondagens de Confiança	Ago/24	-	-
26/ago	BCB: Estatísticas do Setor Externo	Jul/24	US\$ -4,0 bi	US\$ -4,0 bi
27/ago	IBGE: IPCA-15	Ago/24	0,17% m/m 4,34% a/a	0,30% m/m 4,45% a/a
28/ago	BCB: Reunião do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef)	Ago/24	-	-
29/ago	BCB: Estatísticas de Crédito	Jul/24	0,5% m/m* 10,4% a/a*	1,2% m/m 9,9% a/a
29/ago	Caged: Geração de Vagas Formais de Trabalho	Jul/24	175,0 mil	201,7 mil
29/ago	FGV: IGP-M	Ago/24	0,45% m/m 4,43% a/a	0,61% m/m 3,82% a/a
29/ago	Tesouro: Resultado Primário do Governo Central	Jul/24	R\$ -8,5 bi	R\$ -38,8 bi
30/ago	BCB: Estatísticas Fiscais	Jul/24	R\$ -4,5 bi	R\$ -40,9 bi
30/ago	PNAD: Taxa de Desemprego	Jul/24	6,8%	6,9%

Fonte: Bloomberg. *Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
26/ago	EUA	Pedidos de bens duráveis	Jul/24 – prévia	4,9% m/m	-6,7% m/m
27/ago	EUA	Confiança do Consumidor (<i>Conf. Board</i>)	Ago/24	100,6 pts	100,3 pts
29/ago	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Ago/24 – final	-12,6 pts	-13,0 pts
29/ago	EUA	PIB	2º tri/24 – 2ª leitura	2,8% t/t (anualizado)	1,4% t/t (anualizado)
29/ago	EUA	Estoques no atacado	Jul/24 – prévia	-	0,2% m/m
29/ago	EUA	Vendas de casas pendentes	Jul/24	0,7% m/m	4,8% m/m
30/ago	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Ago/24 – prévia	0,2% m/m 2,2% a/a	0,0% m/m 2,6% a/a
30/ago	EUA	Renda e Gastos Pessoais	Jul/24	0,2% m/m 0,5% m/m	0,2% m/m 0,3% m/m
30/ago	EUA	Deflator dos Gastos de Consumo Pessoal (PCE)	Jul/24	0,2% m/m 2,6% a/a	0,1% m/m 2,5% a/a
30/ago	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Ago/24 – final	68,0 pts	66,4 pts
30/ago	China	PMI Manufatura e Serviços	Ago/24	49,5 pts / 50,0 pts	49,4 pts / 50,2 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Arrecadação segue em forte alta e mostra crescimento real de 9,1% no ano

A arrecadação federal de impostos atingiu R\$ 231,0 bilhões em julho, equivalente a uma expressiva alta real de 9,55% ante o mesmo mês do ano anterior. O resultado ficou em linha com as expectativas.

A alta da arrecadação segue liderada pelos tributos PIS/Cofins (+21,9%), devido às medidas implementadas pela Ministério da Fazenda, como a reoneração dos impostos sobre os combustíveis e a limitação do uso de compensações tributárias pelas empresas.

Contudo, a expansão da atividade, da massa salarial e da lucratividade das empresas também têm sustentado o avanço da arrecadação, como é possível ver com a alta do IRRF - rendimentos do trabalho (+6,3%), receita previdenciária (+5,9%) e IRPJ/CSLL (+6,1%).

Com o resultado de julho, a arrecadação federal de impostos acumula uma significativa expansão real no ano, de 9,15%. Nesse período, a alta é liderada por tributos como: PIS/Cofins (+19,2%), IRRF - rendimento do capital (+17,8%), em função da tributação dos fundos exclusivos no início do ano; além da receita previdenciária (+5,5%). No acumulado em 12 meses, a arrecadação ficou em R\$ 2,5 trilhões, atingindo 22,3% do PIB, muito próximo da máxima histórica da série (22,4%, em abr/2008).

A arrecadação deve seguir com números positivos até o fim do ano, podendo fechar 2024 com alta real próxima a dois dígitos, beneficiada pelo crescimento econômico, mas principalmente pelas medidas arrecadatórias adotadas pelo governo. Ainda assim, o mais provável é que o governo precise fazer novos contingenciamentos nas suas despesas para cumprir a meta de déficit fiscal zero.

Quadro 1: Arrecadação Federal de Impostos
Var.% real ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: RFB

Quadro 2: Arrecadação Federal de Impostos
Acum. 12 meses (% do PIB)



Fonte: RFB

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Powell confirma início da flexibilização monetária a partir de setembro

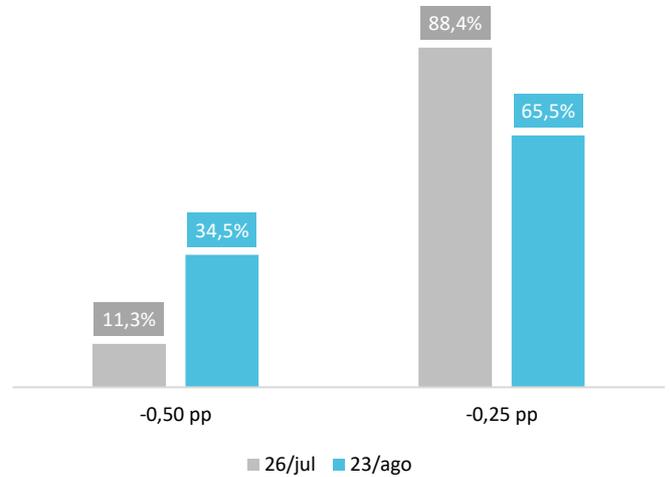
A última semana foi novamente positiva para os ativos de risco nos mercados internacionais, impulsionados pelas declarações do presidente do Fed, Jerome Powell, no Simpósio de Política Econômica de Jackson Hole. Powell afirmou que “chegou o momento” de ajustar a política de juros nos EUA, diante do reequilíbrio dos riscos da economia, ou seja, menores riscos para a inflação e maiores riscos para o mercado de trabalho. Contudo, Powell deixou o tamanho do corte em aberto, dependendo da evolução dos dados econômicos que serão conhecidos até o próximo encontro do Fed.

Na mesma direção, a ata da última reunião do Fed mostrou que, apesar da decisão unânime por manter os juros entre 5,25% e 5,50% aa, vários membros reconheceram que já seria plausível uma redução dos *Fed Funds* ainda na última reunião. Cenário este, segundo o Comitê, marcado por progresso da inflação em direção à meta e elevação do desemprego. Quanto aos próximos passos, a “grande maioria” dos executivos já admitia que se os dados (inflação, mercado de trabalho e atividade) seguissem no caminho atual seria apropriado iniciar a flexibilização monetária na próxima reunião (setembro).

Os mercados seguem precificando em sua maioria (65,5%), um corte inicial de 0,25 pp, porém, as apostas tem sido crescentes (34,5%) em um corte de 0,50 pp, segundo a ferramenta CME. Isso porque, aumentou o desconforto com a força do mercado de trabalho, após a forte revisão baixista nos dados de emprego, cuja reestimativa apontou uma geração inferior em 818 mil nos 12 meses encerrados em março (ou seja, de uma média de 241,7 mil empregos por mês, para 173,5 mil). Já a prévia de agosto do índice PMI da manufatura caiu para 48,0 (ante 49,6 pts), atingindo o pior nível no ano. O setor de serviços, por sua vez, segue forte, atingindo 55,2 pts (ante 55,0 pts).

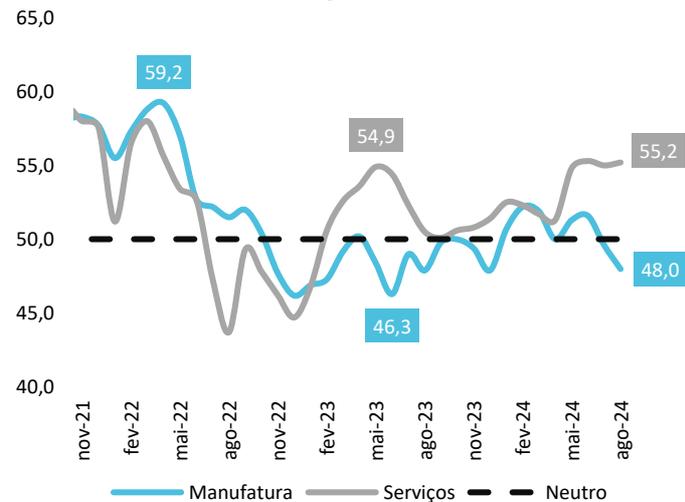
Na Zona do Euro, a inflação ao consumidor (CPI) confirmou a prévia e ficou estável no mês de julho, puxada para cima pelos preços de serviços (+1,2%) e energia (+0,8%), compensados pela queda dos bens industriais (-2,6%) e alimentos não processados (-1,0%). Com isso, o CPI voltou a acelerar (ligeiramente) em 12 meses (+2,6% ante +2,5%), mantendo a percepção que o processo de desinflação segue gradual em direção à meta de longo prazo do BCE (2,0% aa). Em relação à atividade, as prévias de agosto dos PMIs do bloco mostraram continuidade da divergência da manufatura e dos serviços. Enquanto a indústria seguiu aprofundando sua queda (45,6 pts ante 45,8 pts), os serviços seguiram em alta (53,3 ante 51,9 pts).

Quadro 3: Evolução da probabilidade de redução dos juros pelo Fed na reunião de setembro



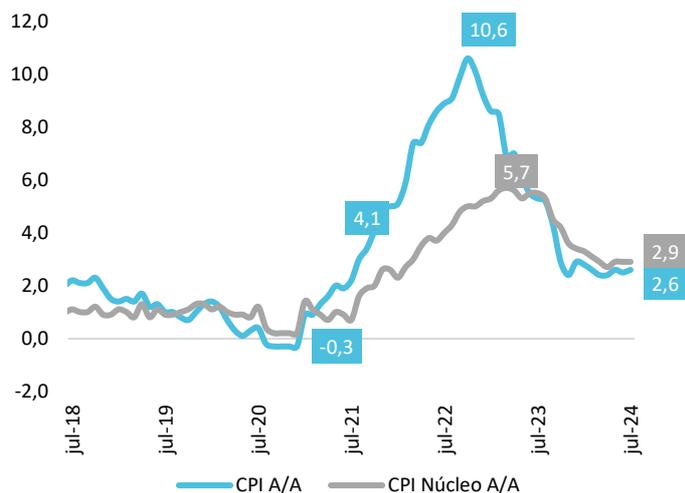
Fonte: CME Group.

Quadro 4: EUA – PMI de Manufatura e Serviços Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Quadro 5: Zona do Euro – Inflação ao Consumidor (CPI) – Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

CRÉDITO / BANCOS

Ritmo de expansão do crédito deve seguir acelerando e atingir dois dígitos

O saldo total da carteira de crédito deve crescer 0,5% em julho, aponta a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban. Com o resultado, o ritmo de expansão anual da carteira deve seguir acelerando e atingir 10,4% (ante 9,9% em junho).

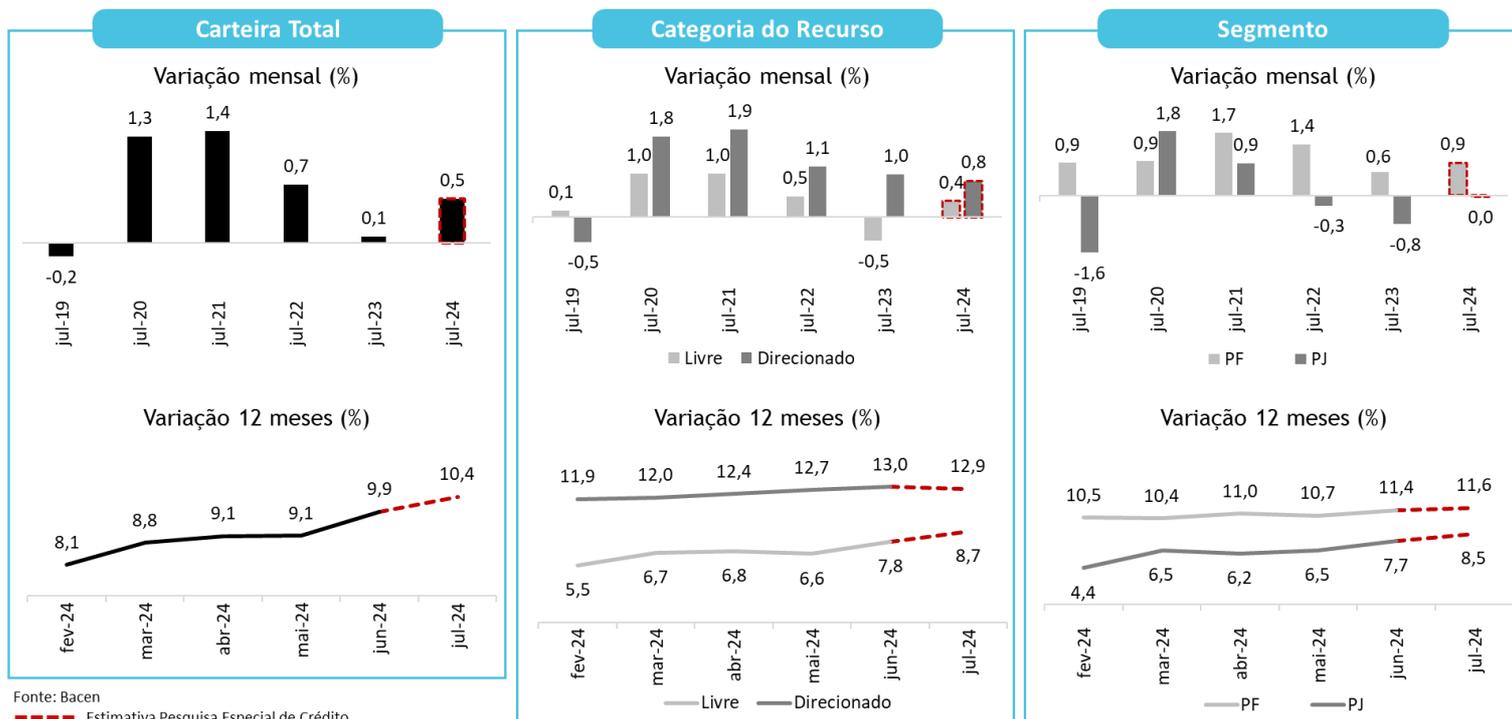
No mês, o crescimento deve ser liderado pelo crédito destinado às famílias (+0,9%). A carteira livre deve avançar 1,1%, puxada pela manutenção do bom dinamismo dos financiamentos para aquisição de veículos e pela expansão das linhas de crédito pessoal e cartão à vista, favorecidas pelo avanço do emprego e da renda, além do maior número de dias úteis no mês. Na outra ponta, as linhas de maior risco (rotativas) devem seguir mostrando números mais fracos, diante de um cenário de cautela ainda por parte das IFs quanto à sua exposição a estas linhas.

Já a carteira direcionada às famílias deve avançar 0,7%. Com isso, o ritmo de expansão da carteira PF Total deve acelerar de 11,4% para 11,6%.

O crédito às empresas, por sua vez, deve ficar estável (0,0%) em julho. De um lado, a carteira livre deve recuar 0,6%, impactada pela sazonalidade negativa das linhas de fluxo de caixa e pela manutenção do fraco dinamismo da modalidade de capital de giro, devido à migração das (grandes) empresas para o mercado de capitais. Do outro, a carteira direcionada deve avançar 1,0%, novamente impulsionada pelos programas públicos, com efeito importante das medidas de auxílio direcionadas ao Rio Grande do Sul. Em 12 meses, o ritmo de expansão anual da carteira PJ deve acelerar de 7,7% para 8,5%.

No geral, de números de julho indicam que o ritmo de expansão do crédito continuou ganhando tração no início do 2º semestre, voltando a atingir dois dígitos. O processo de flexibilização monetária no 1º semestre do ano, a moderação das taxas de inadimplência, o avanço da renda e os estímulos por meio de políticas públicas têm contribuído para esse bom dinamismo do crédito. O ponto de atenção é a evolução da taxa Selic e as incertezas econômicas (domésticas e a nível internacional), que podem interromper ou mesmo reverter tal dinâmica ao longo deste 2º semestre.

Quadro 6: Projeções para o Saldo da Carteira de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

Em relação às concessões, a Pesquisa aponta crescimento de 7,3% em julho. Contudo, ajustando pelo número de dias úteis, o resultado sinaliza uma queda de 6,7%.

O menor volume no mês (ajustado por dias úteis) deve ser especialmente puxado pelas operações destinadas às empresas (-11,3%), diante do usual menor acionamento das linhas de fluxo de caixa (antecipação de faturas de cartão e desconto de duplicatas) no início de trimestre. O volume de concessões destinado às famílias também deve se retrair, mas de maneira mais modesta (-2,6%).

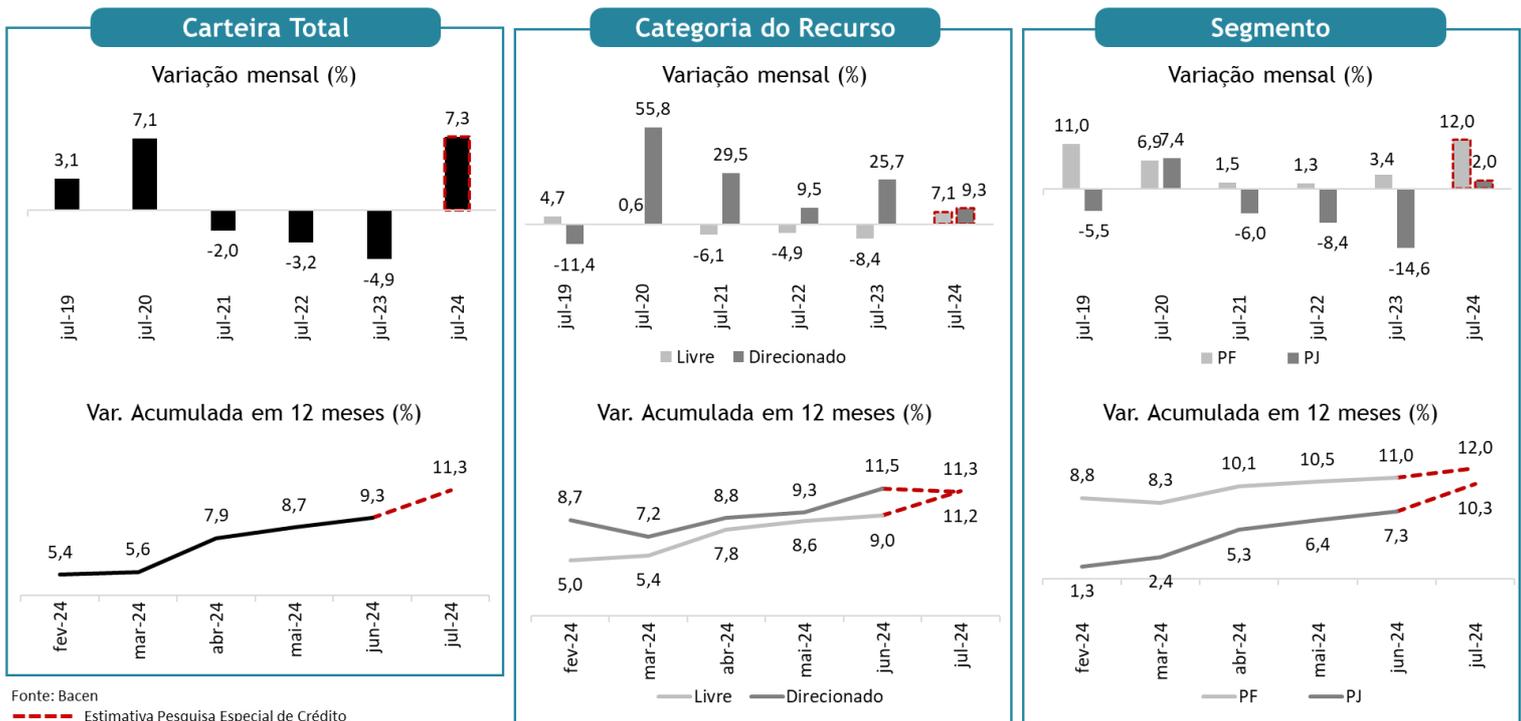
Na comparação com o mês de julho de 2023 (que elimina as influências sazonais), a pesquisa aponta alta de 14,7%, considerando a média de dias úteis (ou +10,2% quando também

ajustado pela inflação). Tal elevação é mais intensa na carteira PJ e com recursos livres.

Por outro lado, os primeiros sinais são de que as concessões de crédito rural (novo Plano Safra) ficaram abaixo do observado no mesmo período do ano anterior, diante do atraso no lançamento do programa e de alguns problemas operacionais, impedindo uma alta ainda maior das concessões no período. Já na visão acumulada em 12 meses, o volume de concessões deve seguir acelerando, passando de uma alta de 9,3% em junho para 11,3% em julho.

A divulgação da Nota de Política Monetária e Crédito pelo Banco Central está programada para o próximo dia 29 de agosto, quinta-feira. Para ver o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 7: Projeções para as Concessões de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Resultado Corporativo 2º Tri/24 Caixa Econômica Federal

CRÉDITO / BANCOS

A Caixa Econômica Federal (CEF) registrou lucro líquido contábil de R\$ 3,3 bilhões no 2º trimestre 2024, registrando altas de 33,5% no trimestre e de 27,3% ante o 2º trimestre de 2023. A rentabilidade patrimonial (ROE) da CEF atingiu 10,1%, subindo 0,5 pp no trimestre e 1,8 pp em 12 meses. No comparativo com o 2T23, a melhora do resultado decorreu de uma combinação de aumento das receitas e queda das despesas com PDD. Neste sentido, a margem financeira cresceu 4,1%, refletindo a redução das despesas de captação, especialmente em operações compromissadas (-17,7%), assim como o crescimento da carteira de crédito. Já as receitas com prestação de serviços subiram 6,5% em um ano, puxadas pelo desempenho de seguros (+15,2%), receitas de operações de crédito (+10,8%) e cartões (+9,0%). Do lado das despesas, a PDD caiu 7,4% ante o 2T23, refletindo a queda da inadimplência. As despesas administrativas, por sua vez, subiram 9,3% em 12 meses. Porém, a alta foi mais contida que a observada na divulgação anterior (+14,8%), quando foi impactada de forma relevante (R\$ 422 mi) pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV), medida que segue em curso, mas com impacto mais contido no 2T24.

Já a carteira de crédito da CEF subiu 10,6% em 12 meses, atingindo um saldo de R\$ 1,175 trilhão no fim do 2T24. A alta anual segue liderada pelo crédito imobiliário (+14,8%), linha mais relevante da instituição (66,7% do total). A carteira agro, que ainda representa 5,0% do total, também segue subindo de forma relevante (+19,5%). Já o crédito comercial ficou praticamente estável (-0,3%) ante o 2T23, com alta no crédito destinado às empresas (+2,9%), mas queda na carteira destinada às famílias (-2,5%). A inadimplência da carteira (acima de 90 dias) atingiu 2,20%, caindo tanto no trimestre (-0,14 pp) quanto na comparação anual (-0,59 pp). A melhora em 12 meses foi puxada pelo setor de infraestrutura, que voltou a ficar com a inadimplência zerada após atingir 3,67% no 2T23, em função de um cliente específico. Além disso, houve melhora no crédito imobiliário (-0,5 pp), que atingiu 1,6% da carteira no final de junho.

Com relação aos passivos, o *funding* do crédito imobiliário segue preocupando, dada a perda estrutural de relevância da caderneta de poupança. A Caixa é líder de mercado na modalidade (66,7%) e na caderneta (36,9%). Em 12 meses, o saldo da poupança da CEF subiu 6,0%, acima do mercado (+4,7%), mas insuficiente para compensar o aumento da demanda pela linha de crédito. Com isso, a IF voltou a aumentar, de forma expressiva, a captação via Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), cujo saldo subiu 48,7% no período. No entanto, isto aumenta o custo *funding* da modalidade, uma vez que a remuneração das LCIs é superior à da poupança. Na divulgação dos resultados, a Caixa defendeu algumas medidas para mitigar o problema, como a redução do compulsório sobre a poupança, securitização de carteira e permissão para que fundos de pensão possam investir no crédito imobiliário.

Quadro 8: CEF – DRE

Itens de Resultado (R\$ milhões)	2T24	1T24	Δ%	2T23	Δ%
Lucro Líquido Contábil	3.287	2.462	33,5	2.582	27,3
Lucro Líquido Recorrente	3.287	2.883	14,0	2.582	27,3
Resultado Operacional	2.926	1.701	72,0	2.735	7,0
Margem Financeira	15.481	15.278	1,3	14.874	4,1
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(4.399)	(4.946)	-11,1	(4.751)	-7,4
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	11.082	10.333	7,3	10.124	9,5
Receita com Prestação de Serviços ¹	6.755	6.629	1,9	6.342	6,5
Despesas Administrativas	(10.769)	(11.419)	-5,7	(9.856)	9,3
Despesas de Pessoal	(7.310)	(8.139)	-10,2	(6.825)	7,1
Outras Despesas Administrativas	(3.459)	(3.280)	5,5	(3.031)	14,1

Quadro 9: CEF – Carteira de Crédito Ampliada

Valor em R\$ milhões	Jun24	Mar24	Δ%	Jun23	Δ%
Imobiliário	783.568	754.257	3,9	682.820	14,8
Crédito Comercial	230.292	231.922	-0,7	230.896	-0,3
Pessoas Físicas	132.390	133.955	-1,2	135.749	-2,5
Pessoas Jurídicas	97.902	97.967	-0,1	95.148	2,9
Saneamento e Infraestrutura	101.833	100.264	1,6	98.530	3,4
Agronegócio	59.004	57.805	2,1	49.390	19,5
Carteira Total	1.174.696	1.144.248	2,7	1.061.637	10,6

Fonte: RI CEF.

Regulação - Conselho Monetário Nacional (CMN)

CRÉDITO / BANCOS

O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou oito resoluções em sua reunião na última quinta (22), tratando sobre diversos temas, como a regulamentação das LCDs, ajuste no prazo de vencimento das LCIs, renegociações de dívidas Rio Grande do Sul, entre outros.

No caso das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), a resolução nº 5.168 reduziu o prazo mínimo de vencimento do instrumento para 9 meses (ante 12 meses). O objetivo da medida, segundo o CMN, foi equalizar com o prazo mínimo das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), uma vez que os instrumentos possuem características similares e que os investidores estariam privilegiando as LCAs, prejudicando a emissão das LCIs. A decisão busca reduzir a pressão sobre o *funding* do crédito imobiliário, que vem se tornando mais escasso (saques da poupança) e caro (restrições para emissões das LCIs). Outro destaque foi a regulamentação das Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCDs), que poderão ser emitidas pelos bancos de desenvolvimento do país, como forma de complementar suas fontes de recursos. A seguir, as resoluções e os respectivos links para leitura do conteúdo completo:

[Resolução CMN nº 5.163, 22/08/2024](#) – Altera as normas de emissões de CDCAs nos mesmos moldes que CRAs e CRIs

Faz alteração na resolução nº 5.118 de fev/24, incluindo as ofertas de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) na mesma restrição das CRAs e CRIs. Na prática, limita ofertas de CDCA de companhias abertas que não fazem parte do agronegócio.

[Resolução CMN nº 5.164, 22/08/2024](#) – Permite renegociações de crédito rural em municípios do Rio Grande do Sul

Altera o Manual de Crédito Rural (MCR) para autorizar a renegociação de operações de crédito rural em municípios do RS atingidos pelo desastre.

[Resolução CMN nº 5.165, 22/08/2024](#) – Ajusta normas do Manual de Crédito Rural

Faz ajustes na seção de Contratos de Opção de Compra e Venda como Instrumento de Política Agrícola.

[Resolução CMN nº 5.166, 22/08/2024](#) – Dispõe sobre as condições de emissão de COE

Segundo o CMN, a resolução adequa e incorpora novas definições mais atuais para os Certificados de Operações Estruturadas (COE), além de especificar entidades e obrigações referentes à emissão desta modalidade.

[Resolução CMN nº 5.167, 22/08/2024](#) – Altera resolução referente às operações de derivativos de crédito

Faz alteração na resolução nº 5.070 de abr/23 ampliando os eventos de crédito elegíveis a serem inseridos no produto de derivativo de crédito. A medida, segundo o CMN, faz parte do objetivo de adequar o país com o padrão internacional de recomendações estabelecido pela *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA).

[Resolução CMN nº 5.168, 22/08/2024](#) – Reduz o prazo mínimo de vencimento das LCIs

A resolução altera norma de fev/24, reduzindo de doze para nove meses o prazo mínimo de vencimento das LCIs, equiparando ao prazo já vigente para as LCAs. A resolução entrou em vigor imediatamente, na data de sua publicação.

[Resolução CMN nº 5.169, 22/08/2024](#) – Dispõe sobre as condições de emissão de LCDs

A resolução regulamenta as condições de emissão da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), instrumento sancionado em lei no mês passado, que poderão ser emitidas pelos bancos de desenvolvimento. Além das condições de recompra ou resgate do título, que ficaram limitadas a doze meses, o texto estabelece os limites de emissão a depender do perfil de risco e porte das instituições. A soma dos valores nominais das LCDs emitidas não podem exceder 6,5% do PL da IF e ficam limitadas a R\$ 10 bi por ano.

[Resolução CMN nº 5.170, 22/08/2024](#) – Ajusta o fator de ponderação sobre as operações do Pronaf

Faz ajustes no fator de ponderação incidente sobre as operações de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Regulação – Consulta Pública BCB

CRÉDITO / BANCOS

O BCB publicou [nota](#) informando que colocou em consulta pública uma proposta relacionada ao risco de mercado, que ficará disponível por um período de 90 dias. A proposta busca aperfeiçoar a metodologia padronizada para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco relativos às exposições sujeitas ao risco de mercado (RWAMPAD), exigindo menos capital de instituições que possuam um gerenciamento de risco mais adequado através de operações de diversificação e proteção.

Os procedimentos serão válidos para as IFs dos segmentos S1, S2 e S3 e as alterações são referentes à terceira fase do novo arcabouço regulatório de risco de mercado, o Fundamental Review of the Trading Book (FRTB), decorrentes do acordo de Basileia III. No Brasil, tal adoção vem ocorrendo de forma progressiva, dividida em 4 fases:

- i) Fronteira e Governança (iniciada em jan/23);
- ii) Requerimento de capital para o risco de crédito da carteira de negociação (iniciada em jul/24);
- iii) Abordagem padronizada para o cálculo do requerimento de capital de risco de mercado;
- iv) Modelos internos para o cálculo do requerimento de capital de risco de mercado

A atual discussão se refere à fase 3, cuja intenção é que as mudanças debatidas passem a valer a partir de jan/26. As mudanças implementadas na fase 2 estão vigentes desde jul/24 ([Resolução BCB nº 313, de 26 de abril de 2023](#)).

Para acessar o edital da consulta pública na íntegra, [clique aqui](#); e, para acessar os detalhes da consulta acesse este [link](#).



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2024				2025			
	23/08/24	16/08/24	26/07/24	Viés	23/08/24	16/08/24	26/07/24	Viés
IPCA (%)	4,25	4,22	4,10	▲	3,93	3,91	3,96	▲
PIB (% de crescimento)	2,43	2,23	2,19	▲	1,86	1,89	1,94	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	10,50	10,50	10,50	↔	10,00	10,00	9,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,32	5,31	5,30	▲	5,30	5,30	5,25	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	23/08/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,49	0,26%	-2,91%	12,94%	12,34%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	143,26	-6,29%	-9,48%	8,15%	-20,51%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	10,47	0,14%	0,47%	-10,14%	-19,60%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	11,43	-1,00%	0,29%	13,80%	4,98%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	11,58	0,64%	-3,51%	14,92%	9,20%
Índice Ibovespa (em pontos)	135.608,47	1,24%	6,23%	1,06%	15,88%
IFNC (setor financeiro)	14.226,72	1,93%	13,46%	3,07%	21,26%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,92	-3,32%	-8,04%	-7,87%	-22,05%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	3,80	-2,15%	-5,72%	-2,06%	-10,34%
Dollar Index	100,72	-1,70%	-3,25%	-0,61%	-3,14%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.634,61	1,45%	2,03%	18,13%	28,75%
Índice de ações de bancos – EUA	115,76	4,96%	-1,03%	5,70%	25,80%
Índice Euro Stoxx 50	4.909,20	1,42%	0,74%	8,58%	16,00%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	140,50	1,82%	-2,91%	18,72%	27,79%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	79,02	-0,83%	-2,11%	2,57%	-5,21%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira